

*Journal of Ancient Philosophy Vol. II 2008 Issue 2*

Zingano, Marco. *Estudos de Ética Antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.

ISBN: 978-85-86590-61-0, 604 p.

Inara Zanuzzi (UFPr)

“Estudos de Ética Antiga”, de autoria do Prof. Marco Zingano, é uma coletânea de artigos que foram publicados ao longo de dez anos sobre a ética antiga, como o próprio título anuncia. Apesar disto, há uma especial atenção à ética aristotélica. A publicação dos artigos é bem-vinda por diversas razões que dizem respeito, sobretudo, ao cenário nacional da pesquisa em filosofia antiga. O Prof. Marco Zingano é um pesquisador importante desta área no Brasil, de modo que a coleção de seus artigos serve como um relato da influência já existente do seu trabalho no país, e também como um guia para quem pretende aventurar-se pelos caminhos já traçados da pesquisa filosófica na ética antiga. Com efeito, o livro em questão é um registro do debate internacional nos últimos anos, tendo por base uma bibliografia atualizada e proeminente, que fornece uma interpretação atual e, em muitos momentos, inovadora dos assuntos tratados. Ressalte-se, além disso, o cuidado na leitura dos textos tanto de Aristóteles quanto do entorno grego até os neoplatônicos, na busca do desenvolvimento histórico de uma ou outra noção filosófica.

Os artigos percorrem os tópicos mais importantes das doutrinas éticas antigas, em especial, da doutrina ética aristotélica: a *eudaimonia*, a deliberação, a escolha deliberada, a emoção. Discutem também algumas temáticas colocadas em especial relevo pela discussão contemporânea, tais como o particularismo ético (por oposição ao universalismo) e o determinismo. O vasto alcance destes assuntos permite que uma coletânea de artigos forneça um quadro geral da ética antiga, assim como um quadro geral da interpretação do autor sobre a ética antiga.

Visto que os artigos dos quais se compõe o livro são frutíferos o suficiente para fazer parte do debate aprofundado das questões que abordam, procuraremos dar apenas uma idéia da opinião do autor sobre alguns pontos fundamentais e discuti-las sem a necessária acurácia.

É possível dizer que, em linhas muito gerais, a deliberação é o eixo central sobre o qual se articula o pensamento de Zingano sobre a ética aristotélica. Desenvolvendo este conceito, o autor procura fazer jus tanto ao caráter de investigação propriamente moral que a deliberação deve ter, e

nisso aproximando-se de uma leitura kantiana, quanto do caráter de investigação prática e, por isso, particularizada, afastando-se, assim, de uma leitura kantiana universalizante. Há, portanto, uma busca pelo caráter racional e, ao mesmo tempo, prático do pensamento ético. Esses dois pontos fundamentais nem sempre são claramente articuláveis e a leitura que Zingano propõe da ética aristotélica consiste justamente em mostrar que Aristóteles teria sido bem sucedido ao fazê-lo. Assim sendo, a ética aristotélica não somente preservaria sua atualidade, mas teria muito a ensinar às éticas contemporâneas ou modernas que tomam um partido ou outro: o partido das emoções e apreensões particulares ou o partido da racionalidade universal.

No artigo intitulado “Emoção, ação e felicidade em Aristóteles”, o autor desenvolve o significado de “agir τοῦ καλοῦ ἕνεκα com forte teor racionalista: “O homem verdadeiramente corajoso enfrenta os perigos não porque o deseja, para dar um exemplo, ser reconhecido pelos seus pares, sua reputação sendo para ele um fim superior mesmo ao permanecer vivo, mas porque reconhece nas circunstâncias em que se produz a ação as razões que determinam enfrentar os perigos e, em consequência, lhes dá seu assentimento” (“Emoção, ação e felicidade em Aristóteles”, p.161-2).

Essa forma de decidir por deliberação é equiparada a uma forma de decisão autônoma, com a ressalva cuidadosa que isto não significa poder decidir ou escolher os fins. É na escolha dos meios por certas razões que o agente torna-se autônomo, tanto o que escolhe bem quanto o que escolhe mal. A autonomia, da forma como a entende Zingano e da forma como a atribui a Aristóteles, consistiria, então, em que, ao escolher, o agente reconhece as razões que têm para agir como *suas razões*:

“A tese aristotélica, se estou correto, desloca a atribuição de responsabilidade moral do ato de pôr os fins ao ato de escolher os meios. Para tanto, é preciso conceder que a deliberação é um ato racional no sentido em que o agente escolhe entre as possibilidades que lhe são oferecidas. Quero dizer que, se o agente delibera sobre os meios, então ele pode seguir uma ou outra das possibilidades, ou mesmo abster-se de qualquer uma. Para formular mais abstratamente meu ponto, a deliberação, como todo procedimento racional, está aberto aos contrários: se pode A, então pode não-A, e *poder* aqui quer dizer que A e não-A pertencem ao domínio do que pode ser feito, τὸ πρακτόν. Parece-me ser esta a lição exposta por Aristóteles em III 5. Dado um fim - qualquer que seja o modo pelo qual é dado -, o agente põe-se a deliberar sobre os meios para obter o fim esperado e escolher então fazer A, isto

é, conclui sua deliberação com a realização de A, que é simultaneamente o último termo de sua análise deliberativa e o primeiro na ordem da ação. O agente busca realizar seu desejo, mas, visto que a escolha dos meios é governada pelo ato de pesar razões, trata-se de um desejo deliberativo, ὄρεξις βουλευτική, e quem decidiu por deliberação sobre como agir deseja agora conformemente à deliberação (III 5 1113a11-12 : ἐκ τοῦ βουλευσασθαι γὰρ κρίναντες ὀρεγόμεθα κατὰ τὴν βούλευσιν). Isso implica não somente que o desejo foi transmitido ao longo da cadeia deliberativa, mas sobretudo que o desejo se apresenta agora comandado ou reformulado pelo ato de pesar razões relativamente aos meios. Doravante, o agente age em função do que ele reconhece, segundo suas razões, como moralmente bom relativamente aos meios (supondo ser um agente moral); se ocorre que o meio à sua disposição é um meio que ele considera (correta ou incorretamente) como moralmente censurável, ele, ainda que tenha o desejo a que corresponde nestas circunstâncias tal meio, pode abster-se de realizá-lo e abster-se *em função de suas razões*. (“Escolha dos meios e τὸ αὐθαίρετον”, p.307-8).

Citamos longamente esse parágrafo tanto porque é importante para o argumento de Zingano a respeito do tema quanto para fazer ver ao leitor que em seus artigos ele não se furta a tratar de temas tão difíceis como o é o da liberdade e autonomia. Este problema quase intratável, que ainda ocupa os filósofos contemporâneos, recebe um participante do nível de Aristóteles pela interpretação do Prof. Zingano. Nosso autor sustenta, se não estamos enganados, uma posição que coloca Aristóteles ao lado de libertários, contra deterministas e compatibilistas. A ressalva que fazemos segundo a qual pode haver engano nosso aqui, deve-se ao fato que o autor procura sempre a via mais moderada de interpretação, buscando fazer as devidas qualificações às teses que se apressam em resolver as questões de um só golpe. No tópico em questão, poderia parecer-nos que Zingano fique aquém de dar a resposta completa ao problema da liberdade. Com efeito, se dizemos simplesmente que o poder de agir livremente consiste no poder de realizar algo ou abster-se de realizar algo em função de razões, pareceria possível objetar que há algo que o agente não pode abster-se de realizar, a saber, agir de acordo com suas razões. As suas próprias razões apresentam-se como inegáveis ao agente. Tendo em vista o fato, tantas vezes reafirmado, que não somos autônomos quanto aos fins e sim quanto aos meios, isto poderia fazer parecer que estamos condicionados a escolher os meios de acordo com os fins. Uma defesa sugerida é que a objeção trata o agir por razões de forma equivalente a agir por causa, e, seguramente, o prof. Zingano tem

em mente esta distinção ao dar tão pesadamente força à idéia de agir por razões, cuja estrutura é revelada pela bipolaridade, isto é, a potência dos contrários.

A esse propósito, é possível fazer referência ao artigo “Deliberação e vontade em Aristóteles”. Nesse, Zingano mostra que a noção de escolha deliberada pode ser equiparada à noção de vontade justamente por ser a capacidade racional de determinação de ação que é aberta aos contrários. Assim, ele opõe-se a muitos estudiosos autais que sustentam que a noção de vontade, debitária de um quadro desenvolvido de discussão sobre o determinismo, não poderia ter surgido antes do estoicismo, e teve seu pleno florescimento somente a partir de Agostinho (tais como P. Huby e S. Bobzien).

Deve-se observar, como dissemos, que a liberdade e autonomia proposta por Zingano não está centrada (ao menos não parece estar inteiramente baseada) na possibilidade de agir de modo contrário, se isso devesse implicar a possibilidade de agir de modo contrário às razões que tem o agente. A autonomia parece estar baseada na possibilidade de agir contrariamente a algum desejo, pois através da deliberação este é “comandado ou reformulado pelo ato de pesar razões relativamente aos meios”. Assim, se não é possível agir contra nossas próprias razões, é possível agir contra nossos desejos, na medida em que podem ser reformulados pela deliberação e assim apresentar-se a nós mesmos como razões.

Esta solução tem as suas dificuldades. Estas reaparecem na leitura de Zingano sobre o “agir em vista do belo”. Se agir em vista do belo faz parte da estrutura por excelência do agir moral, isso significa que agir em razão de algum desejo que não tenha sido reformulado ou comandado pelo ato de pesar razões pode cair fora da âmbito da moralidade. Aristóteles seria salvo desta ameaça por sua compreensão do funcionamento das emoções, a este respeito ver o artigo “Emoção, ação e felicidade em Aristóteles”.

Como quer que seja, é na discussão do tópico antes mencionado que M. Zingano mostra sua perícia interpretativa e perspicácia de leitura. No artigo “Escolha dos meios e τὸ αὐθαίρετον”, ele apresenta uma interpretação e tradução em apêndice de uma passagem extremamente difícil, *Ethica Nicomachea* III.7, 1114a31-b25, tornando-a não apenas legível, mas dando a Aristóteles um bom argumento numa discussão dialética (cf. p.313 e seguintes). Em poucas palavras, Zingano divide o texto de forma diferente daquela pela qual vinha sendo compreendido por comentadores e tradutores da *Ethica Nicomachea*, de modo a atribuir não a Aristóteles, mas ao seu oponente a sustentação da tese, lida em 1114b1-3, segundo a qual se cada um é causa para si mesmo da sua disposição, também é causa do modo como o fim lhe aparece. Esta tese foi atribuída a Aristóteles,

pois, de fato, ele sustenta algo muito similar no que concerne às disposições morais. A tese em questão se segue de outras três, duas das quais claramente articuladas por ele em EN III, 7: i) o fim nos aparece conforme nossa disposição moral, ii) as disposições morais são adquiridas pelo hábito, isto é, pela repetição de ações do mesmo gênero, iii) a prática das ações é voluntária, por conseguinte sua repetição é voluntária, e conseqüentemente o resultado, isto é, o hábito, é voluntário. Assim somos parcialmente causas de nossos hábitos pela repetição de ações voluntárias. O problema é que sua atribuição a Aristóteles nesta passagem dava a entender que era através dela que ele pretendia defender a responsabilização moral e assim fazia com que ele não tivesse como escapar da seguinte acusação: os agentes seriam responsáveis por seus hábitos devido a ações que tivessem executado em um estágio de desenvolvimento moral em que eram imaturos. Ao atribuir a tese em questão ao oponente, Zingano pode ler o argumento que vai de 1114a31-1114b12 como uma objeção forte (já que inclui teses que o próprio Aristóteles aceita) contra a responsabilidade sobre as ações, baseada no fato que não podemos responder pela escolha dos fins. Ao situar a resposta à objeção após esta passagem, o autor consegue encontrar o lugar em que Aristóteles, em plena consciência das dificuldades envolvidas, dá um passo fundamental na sua teoria da responsabilização. A engenhosidade em ler o texto não encontra nesta passagem seu único exemplo, mas é, seguramente, um dos que melhor mostram o domínio da leitura filosófica do texto grego.

A compreensão da *eudaimonia*, tal como a entende Zingano, também se articula no quadro da noção da deliberação. Segundo o autor, visto que a *eudaimonia* é um fim inclusivo de segunda ordem, ou seja, um tal que não conta como um bem a mais em um conjunto de bens, mas é o próprio conjunto, não será preciso escolher um dentre estes bens como o melhor deles, portanto não será preciso deliberar sobre eles (ver p. 303). Em outro artigo (“*Eudaimonia* e Bem Supremo em Aristóteles”), todavia, Zingano observa que o *horror infiniti* aristotélico exige que mesmo num conjunto de bens, tomados todos como fins últimos, haja a necessidade de escolha entre eles (p.108-9). E assim ficamos um pouco em dúvida a respeito do papel preciso que exerce, na deliberação, este conjunto de bens que é a *eudaimonia*.

Sobre o particularismo, diz Zingano que a razão pela qual não é possível que obtenhamos regras morais inteiramente universais - com a importante exceção das interdições absolutas, tais como o assassinato - é que o bem moral depende das circunstâncias em que se dá a ação, que é ineliminavelmente particular, e estas variam grandemente. As proposições que são regras morais, portanto, não poderiam ser sempre verdadeiras, ou seja, não será sempre verdadeiro que o que elas dizem ser bom será bom numa determinada circunstância particular. No entanto, ter valor de

verdade sensível às circunstâncias não é característica exclusiva das regras morais. As proposições da técnica e mesmo as proposições que descrevem o mundo sublunar também não são sempre verdadeiras. O valor de verdade destas proposições varia de circunstância para circunstâncias, mas uma certa freqüência é mantida, pois mesmo proposições cujo valor de verdade varia de acordo com as circunstâncias podem ter um valor de verdade com maior freqüência do que o outro. Por isso seu registro, segundo Zingano, é o “no mais das vezes”. O que é específico ao caso prático, segundo o autor, é que suas proposições justamente não são verdadeiras nem sequer no mais das vezes. Com respeito a certa proposição prática P e sua contraditória, antes da situação a que se refere, não está definido qual é verdadeira, pois com respeito a elas vale “não mais assim do que não assim”. A razão disto é que, ao contrário das técnicas, cuja variação é regular, podendo, por isso, ser conhecida e catalogada, porque as circunstâncias relevantes podem ser conhecidas e sua interferência catalogada, qual circunstância será relevante e deverá ser levada em consideração no caso prático é algo cuja resposta não tem nenhuma regularidade, é inteiramente indeterminado (ver “Lei moral e escolha singular na ética aristotélica”).

Não é possível discutir e nem mesmo mencionar aqui todos os tópicos abordados nos vários artigos. Ainda assim, para finalizar, são dignas de menção as pesquisas desenvolvidas por Zingano em torno da *Ethica Eudemia* de Aristóteles. Muitos dos artigos vão buscar na segunda ética uma fonte importante de informação e discussão do pensamento aristotélico. Exemplo disto encontra-se no artigo “*Acrasia* e método da ética”, que se propõe a fazer uma leitura não necessariamente diferenciada da questão da acrasia, mas se preocupa em compreender o tipo de argumento que Aristóteles estaria desenvolvendo quando discute a questão no livro VII da *Ethica Nicomachea*. O objetivo de Zingano é investigar a razão da aparente adesão da passagem às teses intelectualistas de Sócrates sobre o fenômeno da acrasia e que parece destoar das posições que são padrão em outros textos de Aristóteles. Segundo o autor, então, e na base de um estudo da *Ethica Eudemia*, a solução da dificuldade encontra-se no modo como Aristóteles compreende o método dialético. A dialética, tal como é entendida na *Ethica Eudemia* e aplicada nesta passagem que é comum aos dois tratados éticos de Aristóteles, seria um método de prova cujos resultados são satisfatórios se a verdade de *todas as* opiniões for preservada. A generosidade do método dialético aplicada na discussão da acrasia na *Ethica Nicomachea* VII permitiria explicar a adesão aristotélica a teses socráticas sobre o assunto.

Um segundo exemplo, é a investigação realizada na noção de homonímia em “Amizade, Unidade Focal e Semelhança” (o tópico da homonímia é retomado em mais dois artigos “Dispersão

categorial e metafísica em Aristóteles” e “Aspásio e o problema da homonímia”). Zingano mostra como pode ter ocorrido o desenvolvimento da noção de significação focal a partir da compreensão da homonímia do Bem e da possibilidade de uma ciência única do Bem e do Ser. A menção destes é importante para marcar a originalidade do tipo de pesquisa desenvolvido pelo autor, no sentido de buscar o viés ainda não explorado das questões tão discutidas da ética antiga, o que deve servir de exemplo para os jovens estudiosos da área.